

CULTURA E PROBLEMÁTICA URBANA

Simone Scifoni

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns elementos para o debate atual sobre o papel da cultura e do patrimônio cultural na produção do espaço urbano, com ênfase na realidade brasileira.

Parte-se da hipótese de que a discussão que tem sido feita sobre o papel central de ambos na atual gestão urbana de caráter empresarial dá conta apenas parcialmente da compreensão do problema quando o foco da análise se volta para países como o Brasil, ou seja, aqueles que tiveram historicamente inserção na economia capitalista de forma subordinada e dependente. A discussão sobre esse “papel central da cultura” merece ressalvas, pois quando generalizada para a realidade brasileira, longe de elucidar os processos, acaba, ao contrário, obscurecendo as contradições existentes. O que se pretende neste capítulo é, assim, colocar em evidência essas contradições.

A hipótese que se apresenta aqui está fundamentada conceitualmente na ideia de que a tal emergência de uma “questão patrimonial” situa-se em um determinado momento da problemática urbana, aquele que Lefebvre¹ denomina de fase crítica. Este é um momento de crises e incertezas, no qual se aguçam as contradições, e nesse sentido, compreender os processos significa, antes de tudo, um exercício analítico de colocá-las em evidência, desnudá-las.

É dentro desta perspectiva que é preciso pensar o papel duplo e contraditório do patrimônio, muito mais do que generalizar e totalizar os processos. De um lado, o patrimônio é organizado para o seu consumo visual, portanto transformado, não propriamente em mercadoria, mas, sobretudo na mediação para ela, para a sua realização. De outro lado, ao ser, em essência, um portador de símbolos, ele também os oferece à consciência social, como lembra esse autor. O patrimônio é

expressão de um passado e lhe dá concretude permitindo compreendê-lo, mobiliza memórias coletivas e estimula uma reflexão sobre os caminhos traçados na trajetória da construção da humanidade do homem. Nesse sentido, conforme apresenta Weil,² o amor ao passado e aos seus testemunhos, como é o caso do patrimônio, não tem nada a ver com uma orientação política reacionária, mas ao contrário, o olhar deste sobre uma perspectiva crítica é o alimento necessário para pensar a transformação e emancipação do homem. “De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado”, diz a autora.³

Partindo dessa ideia central, o caminho de discussão buscará, em primeiro lugar retomar alguns elementos centrais deste debate sobre o papel da cultura e do patrimônio na atual gestão urbana, a partir de autores-chave como Henri-Pierre Jeudy,⁴ David Harvey,⁵ Françoise Choay⁶ e Otília Arantes.⁷ Estaríamos diante da emergência de uma questão patrimonial definida a partir da afirmação de uma “patrimonialização generalizada”? A intenção é situar este fenômeno no contexto de um determinado momento da problemática urbana, a fase crítica, de acordo com Henry Lefebvre.⁸

Na sequência, pretende-se debater a condição da preservação do patrimônio cultural no Brasil, a partir da afirmação de um passivo patrimonial, situação antagônica daquela vivenciada pela patrimonialização generalizada dos países europeus. Para tanto, lançamos mão de um argumento teórico pouco discutido até aqui na bibliografia especializada: a ideia da natureza desigual do patrimônio cultural no Brasil.

Por fim, à guisa de conclusão, propomos, para pensar o papel do patrimônio cultural, uma “leitura à contrapelo”, conforme formula Walter Benjamim.⁹ Essa leitura coloca em evidência o papel político do patrimônio como aquele que rejeita a memória celebrativa, sustentáculo da dominação econômica e social. Pensar o patrimônio à contrapelo significa tomá-lo como elemento essencial em uma leitura crítica do processo de produção do espaço urbano, recusando a tratá-lo como passado mítico ou heroico.

A EMERGÊNCIA DE UMA “QUESTÃO PATRIMONIAL”

A partir dos anos 1990 vem se consolidando uma discussão sobre o papel investido à preservação e restauração do patrimônio cultural como uma estratégia de intervenção nas áreas centrais de grandes cidades, no âmbito do chamado planejamento estratégico de caráter empresarial.

Esses patrimônios restaurados e transformados em grandes equipamentos de visitação e de espetáculos de arte, música e dança, que via de regra abrigam usos ligados à chamada cultura erudita, têm sido vistos pelo Estado e pelo empresariado urbano como capazes de atrair novos investimentos em um cenário de competição global das cidades ou também como peça central de um processo de revalorização imobiliária.

Um dos resultados perversos desse modelo de intervenção está relacionado à profunda mudança social nestas áreas centrais, derivada quer da expulsão de grupos sociais mais pobres que ocupavam o centro, ou ainda, pela transformação do uso do solo que substituiu o lugar de moradia de uma população local por estabelecimentos comerciais ou de serviços voltados ao turismo.

O patrimônio entrou, assim, na ordem do dia do debate sobre a cidade e a problemática urbana, mas de forma enviesada, uma vez que a preservação, ao ser utilizada como alibi justificador de intervenções urbanísticas de cunho socialmente excludente e expropriatório, ficou, dessa forma, associada ao processo de *gentrificação*. Na capital paulista, pode-se citar dois exemplos de intervenções que usaram do discurso da preservação do patrimônio resultando em alto custo social: a requalificação do Parque do Povo, no bairro do Itaim Bibi, que eliminou as práticas populares do futebol de várzea,¹⁰ e o recente caso da Vila Itororó, na Bela Vista, cujos moradores foram retirados para a restauração da edificação tombada e instalação de um centro cultural, projeto que desconsiderou a historicidade do patrimônio ao apagar ali os traços da memória da cidade representada na formação de cortiços habitados por população trabalhadora.

Constituiu-se, assim, um modelo de intervenção no patrimônio que tem sido entendido pelo Estado e pelos empreendedores urbanos como capaz de integrá-lo à dinâmica urbana conferindo-lhe uso e, portanto, presença no cotidiano das cidades e que foi disseminado mundialmente a partir de experiências europeias.

Entretanto, a consequência, além do grande custo social, é que este modelo de adequação dos patrimônios como mercadorias para o consumo da cultura e do turismo frequentemente os insere no tecido urbano como objetos reificados, conforme discute Menezes.¹¹ No bojo destes projetos está a hipervalorização da arquitetura e do estilo artístico em detrimento de outros valores do patrimônio, principalmente aqueles que contextualizam os bens no seu universo contraditório e conflituoso da história e dos processos sociais. Isso acaba por produzir um patrimônio cultural fetichizado, que se explica em si mesmo, unicamente pela técnica ou pela estética.

Esse modelo que fetichiza os objetos da cultura para explorar seus valores mercadológicos consequentemente também destrói a essência do patrimônio, uma vez que desvirtua o seu significado simbólico e social. Para Jeudy,¹² o dilema da gestão contemporânea do patrimônio reside justamente na necessidade de excluí-lo do circuito dos valores de mercado para, dessa forma, salvar o seu valor simbólico.

Gestado a partir de experiências europeias e associado a novas intervenções arquitetônicas e urbanísticas em áreas centrais, conforme discutiu Arantes¹³ para os casos de cidades como Paris, Barcelona, Bilbao, Lisboa e Berlim, tal modelo evidencia a valorização da esfera da cultura, via implantação de equipamentos de uso cultural.

Entretanto, a compreensão deste papel representado pelo patrimônio não deve ser desvinculada de um contexto de processos que ocorreram nos países europeus e

que levaram ao que Jeudy¹⁴ chama de patrimonialização generalizada. Esta expressão é utilizada pelo autor para designar um processo que tem como características: a prioridade para a conservação das fachadas antigas das edificações que levou a uma verdadeira uniformização dos chamados centros históricos; a obsessão por restaurar; a museificação constante de antigas estruturas industriais; a preservação como princípio primeiro e fundador das intervenções urbanas, entre outros traços marcantes. Todos estes aspectos constituem o que o Jeudy chamou de “fervor contemporâneo pelo culto ao passado” que resultou em um excesso de patrimônio e no esgotamento do estágio de identificação e proteção, que ele chama de petrificação patrimonial, restando somente agora apenas a tarefa da sua manutenção.

Outros autores europeus também chamam a atenção para essa mesma condição na qual o interesse pelo patrimônio torna-se tendência marcante. Harvey¹⁵ destaca o desenvolvimento, desde os anos 1970, de uma “indústria da herança” associada a uma cultura de museu, exemplificando o caso da Inglaterra, no qual um museu era aberto a cada três semanas, constituindo-se um momento de virada e de generalização e popularização, mas bem ao gosto das classes médias. Fazem parte desta indústria da herança, ainda, as tendências superficialmente historicistas seja de reconstrução de estilos passados, como também de reabilitação de edificações antigas, fato que reforça a ideia de que o passado ganhou um sentido de objeto de comercialização, quando o que deveria estar em jogo é a compreensão crítica da história.

Choay,¹⁶ por sua vez, identifica nesse mesmo momento, pós anos 1960, um crescente interesse pela proteção do patrimônio, o que teria levado à sua ampliação numérica, fenômeno que denomina de “inflação patrimonial”. A autora cita como parte desse mesmo processo a grande expansão tipológica, com o advento de novos objetos patrimonializados, o que rompeu com a ideia de um patrimônio monumentalista ligado às elites dominantes, além de bens ligados a uma história mais recente. Nesse sentido, incorporaram-se também como patrimônio mercados, hangares, habitações coletivas, espaços de trabalho ligados ao uso e à vida cotidiana, constituindo o que ela chamou ironicamente de “complexo de Noé”. Parece haver no uso dessa expressão uma crítica da autora em relação à incorporação desses novos patrimônios. Apesar disso, ao contrário, a diversificação é produto de um olhar mais democrático e representativo em relação aos diferentes grupos sociais.

Mas essencial nesta discussão é compreender em que contexto esta generalização da preservação se deu fundamentalmente na Europa, levando à emergência de uma “questão patrimonial”. Para isso, é preciso destacar três questões fundamentais.

De um lado, alguns autores apontam as transformações na sociedade europeia a partir dos anos 1970, levando ao processo de reestruturação econômica, além de mudanças tecnológicas e da desindustrialização que reduziram drasticamente as taxas de emprego industrial. Com base nessas novas condições, nos anos 1990 consolidou-se um debate sobre uma nova sociedade, “pós-industrial”, na qual o emprego estaria a

partir desse momento concentrado no terciário, principalmente no setor de serviços. Como característica desta nova sociedade, a redução da jornada de trabalho, a sua diversificação e flexibilização frente às inovações tecnológicas levariam a ampliação do tempo do lazer e conseqüentemente das formas de turismo.

Choay¹⁷ refere-se a este processo como o desenvolvimento de uma sociedade de lazer para a qual se abriu um novo mercado, o dos bens culturais. A autora reforça que o Estado francês foi o primeiro a explorar e potencializar estas condições, o que é reforçado pela informação de outra autora francesa. Segundo Rébérioux,¹⁸ a França declarou o ano de 1980 como “Ano do Patrimônio”, o que representou uma ampliação de recursos estatais para aplicação pelo Ministério da Cultura, que já possuía uma dotação bastante significativa, de acordo com ela.

Portanto, é fundamental compreender o papel do Estado francês nesse cenário de criação de um mercado lucrativo de bens culturais com forte apoio no uso do patrimônio, uma vez que estes recursos públicos resultaram em restauração e reabilitação de antigas edificações, mas também na ampliação do estoque de patrimônios reconhecidos pela Unesco, o que a tornou um dos países mais bem representados na Lista do Patrimônio Mundial.¹⁹

Nesse contexto, o patrimônio cultural serve como campo privilegiado para essas novas formas de uso do tempo livre, o que leva progressivamente, ao longo do tempo, à ampliação da visitação aos lugares patrimoniais que se consolidam definitivamente nos roteiros das agências de turismo. Isso não se separa do fato de que a visitação aos patrimônios é, antes de tudo, consumo visual de uma estética ou de um estilo e desempenha papel importante como agregador de capital cultural, para o qual, segundo Bourdieu,²⁰ a indicação de gosto ou de preferência representa um notável marcador de classe social.

Sendo assim, o crescente interesse pela visitação dos lugares patrimoniais não se separa deste contexto da inserção da esfera da cultura como um novo mercado, pensado na lógica da reprodução da mercadoria, momento que Arendt²¹ identifica como crise da cultura. Cultura ameaçada cada vez mais de confundir-se com entretenimento. A essência original dos objetos culturais era suportar o processo vital dos grupos sociais e serem permanentes no mundo, diz a autora. No entanto, a partir do momento em que a cultura é absorvida pela indústria do entretenimento e confundida com esta, os objetos culturais tornam-se mercadorias transitórias que são consumidas e descartadas.

Por fim, há outro elemento fundamental que explica as condições em que emerge esta questão patrimonial. O esvaziamento dos centros históricos, a partir dos anos 1960, conduzido por processos de suburbanização, segundo Ricci,²² desdobrou-se nos anos seguintes em ampliação dos instrumentos de preservação dos chamados centros históricos, como ocorreu na Itália, por meio de leis, pesquisas, planos, financiamentos, pactos, alianças e incentivos fiscais. Em conseqüência, estas ações e investimentos públicos promoveram a ideia do retorno ao centro pelas camadas

médias e mais abastadas, estimulada pela oferta dos novos equipamentos e de uma dinâmica e rica vida cultural.

Essas intervenções urbanísticas levadas a cabo pelo Estado caracterizam parte importante desta questão patrimonial, que aparece como necessidade econômica frente aos investimentos em infraestrutura disponíveis nas áreas centrais. Mas há também outra dimensão no retorno ao centro que é explicitada como nova necessidade social: a busca da centralidade e do urbano perdido.

Assim é que é possível compreender a emergência da questão patrimonial como parte do momento que Lefebvre²³ denominou, dentro da problemática urbana, de fase crítica. Ela sucede o processo de implosão-explosão da cidade e a generalização das formas de segregação socioespacial. Tais processos esvaziam e empobrecem a realidade social e a vida urbana nas áreas centrais, dissolvendo a urbanidade na mesma medida em que se expande exponencialmente o tecido urbano na forma de subúrbios espalhados e de periferias extensas.

Mas a fase crítica é o momento de generalização da lógica da mercadoria para todas as instâncias da vida social o que insere a cultura como objeto de consumo e como produção para o mercado.

Assim, a necessidade da cidade e da centralidade é recriada como objeto de consumo visual pela via da visitação e do turismo, o que explica o papel do patrimônio cultural nesta nova gestão urbana de caráter empresarial.

UM PASSIVO PATRIMONIAL E A NATUREZA DESIGUAL DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Será possível pensar que, no Brasil, o patrimônio cultural desempenha o mesmo papel na produção do espaço urbano, que esse até aqui discutido, o qual se explica em um contexto específico, o dos países europeus?

Não vivemos a sociedade de lazer com o aumento do tempo livre, ao contrário, modalidades cada vez mais distintas de precarização do trabalho, jornadas de trabalho que não foram reduzidas, além de formas de permanente exclusão do mundo do trabalho.²⁴ A era da informatização acarretou novas modalidades de informalização do trabalho, incluindo aí um *ciberproletariado*, como afirma o autor.

Por outro lado, ao contrário das iniciativas estatais dos países europeus os quais investiram recursos e potencializaram um mercado de bens culturais, criando equipamentos culturais em fábricas, armazéns, estações ferroviárias, entre outros lugares e implantaram planos e intervenções urbanísticas que priorizaram recuperação de fachadas e outras tantas ações, fatos que levaram Jeudy²⁵ a afirmar uma ordem patrimonial que se impõe, a realidade de países latino-americanos como o Brasil, entre outros da América Latina, coloca diferentes questões. Como problematiza Gutierrez:

É possível que nos países de primeiro mundo, onde na última década, o "cultural" alcançou um elevado consenso e, por isso, tem gerado muitos investimentos no setor (museus, auditórios, palácios de música que são as vedetes da arquitetura dos anos 80 e 90), o tema pareçoaautosustentado nesta nova dimensão do consumo. Mas nos países americanos, para além do prestígio destas operações espelhar o europeu e norte-americano, os recursos destinados à cultura foram tão magros que apenas conseguiram manter em funcionamento os antigos equipamentos.²⁶

Ao que parece, estamos muito distantes de uma situação de patrimonialização generalizada, na qual os excessos de conservação se fazem presentes na realidade urbana e abundam recursos públicos para investimentos em cultura. Muito ao contrário, um conjunto de problemas crônicos da preservação do patrimônio se repetem com o passar dos anos: equipes técnicas reduzidas para lidar com a pesquisa e fiscalização, além de atividades educativas voltadas ao patrimônio; salários rebaixados que constantemente esvaziam ainda mais as equipes; poucos recursos econômicos para ações de recuperação e restauração, seja para edifícios públicos tombados, seja para os privados, nos quais o pequeno proprietário não apresenta condições de conservação; o embate com intervenções e empreendimentos públicos e privados, cujo desdobramento desfavorece em grande parte os interesses da preservação; ausência de alternativa econômica de apoio, do tipo financiamento, aos pequenos proprietários de imóveis que não dispõem de recursos. Esse conjunto de problemas crônicos demonstra o fato de que o patrimônio cultural não está inserido efetivamente na agenda política do Estado brasileiro como uma questão de relevância.

Acreditamos que o uso de determinados patrimônios com papel de isca cultural para alavancar negócios urbanos não expressa uma emergência de questão patrimonial no Brasil, mas sim a cópia parcial de um modelo que se busca espelhar em função do prestígio atribuído a estas intervenções, como destacou o autor. Modelo concebido e gestado em condições gerais que por aqui não se realizaram plenamente face às urgências da problemática social frente à herança de uma inserção subordinada e dependente na economia capitalista.

A ideia que se desenvolve aqui é que, ao contrário de excesso de patrimônio, vive-se no Brasil um passivo na preservação que expressa claramente que nem o patrimônio nem a cultura são questões centrais em nossa sociedade. E que os investimentos e intervenções urbanas que exploram a valorização do patrimônio tal como alguns exemplos em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador,²⁷ são verdadeiramente expressão da natureza desigual existente no universo da produção e reprodução da cultura e, portanto, do patrimônio.

Desigualdade que se dá em primeiro lugar no plano da identificação e proteção física e legal do patrimônio e que explica uma das dimensões deste passivo patrimonial.

Não esgotamos a tarefa de identificação e proteção de nosso patrimônio, tal qual Jeudy²⁸ afirma ter se atingido na Europa, ou seja, muitos bens que poderiam documentar a história das cidades no Brasil têm sido constantemente demolidos, principalmente nos últimos anos, fruto da expansão dos negócios imobiliários. Muitos demolidos sem que se tenha ao menos estudado suficientemente e compreendido o seu papel como documento da história da cidade, o que demonstra a fragilidade e incapacidade das instituições públicas a quem cabe a tutela do patrimônio.

Muito embora desde o início da década de 1970 os Compromissos de Brasília e de Salvador recomendassem a criação e atuação de órgãos de preservação do patrimônio nas diferentes instâncias, como nos estados e municípios, as dificuldades de consolidação desses trabalhos em um grande número de cidades brasileiras é uma realidade muito presente. Não somente porque nem todos os municípios criaram nem órgão e nem legislação protetora, mas também porque naqueles que as criaram, as pressões dos interesses político e econômico inviabilizam estas ações em plenitude. Trata-se de uma contradição que se dá pelo fato de que não obstante os patrimônios terem uma presença cotidiana no tecido social da cidade, o que tornaria mais racional sua preservação em nível municipal, é justamente nesse nível de poder que os patrimônios estão mais vulneráveis às investidas dos interesses imobiliários ou de uma elite de proprietários de terra que busca garantir sua reserva de valor na cidade, interesses esses muitas vezes alinhados com a atuação do poder público municipal.

Nem mesmo a tão propalada inserção da preservação do patrimônio nos Planos Diretores, a partir dos dispositivos do Estatuto das Cidades, tem sido capaz de fazer frente a estes interesses econômicos que guardam estreita ligação com as instâncias políticas. Na prática a ordem patrimonial e o dever de memória dos quais Jeudy²⁹ trata, decididamente não se instalaram por aqui.

Em alguns casos, apenas a organização e mobilização social, por meio da criação de associações em defesa do patrimônio, têm conseguido breçar algumas demolições de patrimônios. É preciso citar na cidade de São Paulo os casos emblemáticos do Movimento pelo Cine Belas Artes, do Movimento SOS Quarteirão Itaim e do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, três grandes mobilizações que colocam em xeque os rumos das políticas de preservação no estado de São Paulo.

No caso do Cine Belas Artes, o desfecho recente, que resultou no projeto de retomada do funcionamento do cinema, passou muito ao largo da atuação dos órgãos de preservação municipal e estadual, sendo resultado da mobilização dos integrantes do movimento junto à Secretaria Municipal de Cultura. Os órgãos de patrimônio, muito ao contrário, posicionaram-se francamente contrários ao tombamento por entender que este instrumento não garantiria a continuidade do uso. A preservação desse patrimônio cultural e afetivo da população da maior metrópole brasileira mobilizou moradores de todos os cantos desse extenso tecido urbano e colocou novos desafios

para pensar e conceber as políticas públicas nesta esfera, que foram enfrentados pelo movimento social e não pelas instituições públicas a quem caberia a sua tutela, outra contradição a ser ressaltada.

Como necessidade de superação dessas dificuldades de ação mais local, frequentemente os municípios recorrem ao pedido de tombamento nas instâncias superiores, junto aos órgãos estaduais e ao federal, o que em grande parte das vezes é inócuo. Fruto de uma forma de ver e construir um patrimônio que é essencialmente europeia e francesa, ou seja, trabalhando com uma visão de um patrimônio que deve ser excepcional e monumental e alicerçado na maioria dos casos em um chamado “valor arquitetônico”, em grande parte das vezes as narrativas produzidas pelos técnicos da preservação descartam estes pedidos com base no famoso argumento de que o bem tem apenas “interesse local”.

Em nossa compreensão, esse talvez seja um dos grandes mitos criados no interior das práticas dos órgãos de preservação, servindo de justificativa constante de recusa daquilo que esteticamente ou arquitetonicamente é considerado não digno de prestígio. A respeito disso, Rodrigues nos lembra que não há na legislação maior do país, aquela que rege a proteção do patrimônio cultural, qualquer referência a estes níveis de interesse para fins de preservação.

Deve-se destacar que o patrimônio cultural é brasileiro, não havendo que se falar em “patrimônio de interesse exclusivamente estadual ou regional” ou de interesse exclusivamente municipal ou local”, como querem alguns autores, o que termina por fornecer descabidos argumentos para justificar a omissão dos órgãos de preservação federais e estaduais diante da dilapidação cultural sistemática que vem sendo praticada em municípios que a soberba de alguns técnicos considera “desinteressante” do ponto de vista patrimonial. Tal posição, é preciso ressaltar, não tem nenhum amparo legal, muito menos constitucional, contribuindo, isto sim, para transformar moradores de cidades pequenas e pobres em cidadãos de segunda classe, sem direito à memória.³⁰

A natureza desigual do patrimônio no Brasil tem origem, assim, na eleição do que deve ou não ser elevado à condição de herança coletiva, processo que prioriza valores formais, estéticos, estilísticos e arquitetônicos. Como resultado disso, o conjunto patrimonial espelha, sobretudo, a presença das elites econômica, política e religiosa, deixando à parte determinados sujeitos sociais, como é o caso dos trabalhadores urbanos e rurais, índios e negros, operários e camponeses. Nem mesmo o estabelecimento dos novos postulados colocados pela Constituição Federal de 1988, que superaram a ideia de um patrimônio vinculado a fatos memoráveis da história brasileira, ou seja, uma visão celebrativa e pouco crítica do passado, pôde mudar ainda a configuração tipológica do conjunto patrimonial, historicamente concentrado nos lugares do poder: as cidades da mineração em Minas Gerais, ou as capitais do Brasil Colônia e do Império, Salvador e Rio de Janeiro.

Foi justamente a visão crítica sobre a necessidade de ampliar a representatividade do patrimônio para todos os cantos do território nacional, reconhecendo assim a existência de um mapa desigual do patrimônio no Brasil,³¹ que levou o Iphan a propor, a partir de 2007 uma estratégia de trabalho que buscou ampliar o estoque patrimonial de forma a distribuir melhor a presença do órgão público em todo o território.³²

A segunda dimensão da natureza desigual do patrimônio no Brasil que é preciso destacar se expressa através das ações públicas voltadas à sua valorização, ou seja, nas políticas públicas desiguais que centralizam e canalizam recursos para a conservação e restauração de *determinados* tipos de patrimônios, deixando um grande número de outros tantos sem qualquer atenção e ação pública.

Casos como o do bairro da Luz, em São Paulo, do Pelourinho, em Salvador, do Bairro do Recife, ou da Praça 15, no Rio de Janeiro, não permitem generalizar para todo o conjunto patrimonial e nem concluir sobre um papel central do patrimônio e da cultura em nosso país. Do contrário, ao totalizar este universo a partir de alguns casos pontuais, são ocultadas as contradições existentes na ação do Estado e a natureza desigual das políticas. No mesmo bairro da Luz em que o governo estadual gastou volumosos recursos para a requalificação de edifícios históricos como a Pinacoteca do Estado, a Estação Ferroviária Júlio Prestes, o Armazém da Sorocabana e prédio do DEOPS, além dos investimentos na Estação da Luz com a criação do Museu da Língua Portuguesa, que constituem as vedetes de um novo uso que se quer para a região, contraditoriamente encontramos sob situação de penúria e degradação a Vila Economizadora, um dos raros exemplos existentes ainda hoje, de produção em série de habitação popular, por parte de sociedades mútuas, característica do início do século XX.

A ausência de investimentos e iniciativas públicas em relação a estes patrimônios representativos dos trabalhadores e da vida operária na cidade pode ser relacionada ao argumento de ausência de apelo turístico deste patrimônio, ao contrário dos grandes equipamentos culturais de visitação. No entanto, a importância de manter e preservar um patrimônio não deveria se atrelar à possibilidade de uso turístico, de entretenimento ou de visitação, mas à importância que esses objetos têm para a compreensão da cidade em sua dimensão histórica.

Além disso, é preciso questionar para o caso brasileiro um modelo de preservação que vem se impondo como única opção, constituído a partir da implantação de grandes equipamentos ligados à cultura erudita, tais como salas de espetáculo, museus e centros culturais. Segundo Menezes,³³ esse processo vem reforçando um uso cultural da cultura, ao invés de compreender o universo da cultura como parte integrante da reprodução social e do cotidiano das cidades. O caso da implantação de um centro cultural na Vila Itororó, já lembrado aqui, oferece um excelente exemplo disso. Ao invés de projetos que incorporem a preservação do patrimônio à vida cotidiana, pela dimensão do morar, por exemplo, reproduzem-se as experiências de novos equipamentos culturais, como se o cultural fosse um plano separado e superior em relação à vida cotidiana.

Lembrando Gutierrez,³⁴ é preciso romper com esse modelo importado e recuperar o patrimônio atendendo preferencialmente às necessidades sociais, pois em um contexto latino-americano de profunda desigualdade social e de carências dramáticas, como parte de nossa herança do passado colonial, a preservação do patrimônio cultural deve projetar-se na perspectiva de um compromisso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi possível partir de uma perspectiva que problematiza a natureza desigual do patrimônio, questionando a generalização de um papel central deste na produção do espaço na realidade brasileira, semelhante análise pode ser feita em relação ao universo da cultura. Afirmar também um papel central da cultura significa nivelar e dar um caráter totalizador a um universo que é, em essência, desigual. Segundo Lefebvre,³⁵ é a ideologia de Estado ou o culturalismo que fabrica a tese oficial da coerência e unicidade de cultura, sob o comando de uma determinada forma de ver e de produzir a cultura.

Mas não se trata apenas de pensar a cultura em sua dimensão de diversidade ou pluralidade de grupos sociais, mas também de olhá-la a partir da chave da desigualdade. A perspectiva do debate colocado aqui foi a de que ao se tratar de patrimônio e cultura em sociedades como a brasileira, não se pode abstrair as relações desiguais existentes no universo da produção e reprodução da cultura, uma vez que foram e são profundamente marcadas pelo que carregamos como herança econômica-social e o que fundamentalmente nos diferencia de outras sociedades como a europeia, onde a cultura e patrimônio atingiram outro patamar de participação na vida econômica e social.

Não é possível uma leitura totalizadora da cultura no Brasil levando em consideração que nesse universo estão tanto as expressões eruditas que recebem incentivo e fartos recursos estatais (as orquestras sinfônicas, por exemplo), como também uma cultura urbana e de periferia sem qualquer apoio do Estado sobrevivendo de forma autônoma (como são os saraus realizados em botecos na zona sul de São Paulo). Afirmar um papel central da cultura no Brasil seria declarar a invisibilidade desses grupos de produtores de cultura, assim como a invisibilidade de suas expressões e manifestações culturais.

Assim, as desigualdades que se apresentam no plano da cultura fazem parte do mesmo processo em que se produzem e reproduzem as desigualdades sociais e a hierarquia dos capitais culturais, aquela que coloca o erudito em posição acima da cultura popular, é parte da mesma hierarquização social que coloca o trabalho intelectual acima das formas de trabalho material. Conforme lembrou Chauí,³⁶ embora a distinção entre cultura popular e erudita seja realmente expressão e consequência da divisão social das classes, ela é concebida como diferença qualitativa.

O olhar a partir da chave da desigualdade não admite a generalização de um papel central conferido à cultura e ao patrimônio na realidade brasileira. Ao contrário, permite colocar em evidência as contradições existentes no interior das políticas públicas e das práticas institucionais de preservação, momentos nos quais determinadas escolhas são feitas. O que se preserva e restaura reflete um tipo de passado e de sociedade que se deseja perpetuar no tempo. As omissões, os esquecimentos são resultado de uma construção política de um passado.

Por isso mesmo, o patrimônio guarda um papel político e estratégico na cidade como possibilidade de olhar o passado sobre outra perspectiva que não a da história oficial celebrativa. Mesmo em relação aos patrimônios monumentalizados por este modelo único de preservação é sempre possível um olhar crítico sobre eles a partir da perspectiva proposta por Benjamin,³⁷ de escovar a história à contrapelo. O luxo e a ostentação exibidos em muitos dos palacetes tombados relativos à fase áurea da economia do café em São Paulo, por exemplo, contrastam com a quase ausência de preservação do lugar de moradia dos trabalhadores urbanos e a leitura na perspectiva à contrapelo permite problematizar tanto este passado, como também o presente, ou seja, as políticas de preservação.

Mais evidente ainda é o papel político do patrimônio quando este aparece como resultado de lutas sociais na cidade. Desde o exemplo pioneiro em São Paulo, nos anos 1970, o da Escola Normal Caetano de Campos que resistiu às ameaças de demolição pelas obras do metrô na República, até o mais recente, o Cine Belas Artes, cujos planos seria substituí-lo por mais uma loja de departamentos, o que se vê nesses casos é o patrimônio como documento de uma dinâmica urbana e da vida cotidiana na cidade, o que faz com que seja incorporado à memória coletiva e se torne objeto de demanda e de luta dos grupos sociais.

Nesse caso, a luta se expressa como resistência àquilo que Carlos³⁸ chamou de produção de um espaço amnésico. Resultado de transformações que se imprimem à cidade na perspectiva de sua modernização e que são produzidas sob a lógica de um espaço homogêneo, adequado às necessidades da reprodução do capital, esse espaço amnésico produz estranhamento uma vez que é produzido a partir da destruição de referenciais urbanos, ou seja aqueles que encarnam os momentos passados vividos coletivamente e que estão no fundamento de uma relação identitária dos moradores com os lugares da cidade.

NOTAS

¹ Lefebvre, 2004.

² Weil, 1996.

³ Idem: 418.

⁴ Pierre Jeudy, 2005.

⁵ David Harvey, 1992.

⁶ Françoise Choay, 2001.

⁷ Orélia Arantes, 2000.

⁸ Lefebvre, 2001; 2004.

⁹ Benjamin, 2011.

¹⁰ Scifoni, 2013.

¹¹ Menezes, 1992; 1996.

¹² Jeudy, 2005.

¹³ Arantes, 2000.

¹⁴ Jeudy, 2005.

¹⁵ Harvey, op. cit.

¹⁶ Choay, op. cit.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Rébérioux, 1991.

¹⁹ Scifoni, 2006.

²⁰ Bourdieu, 2013.

²¹ Arendt, 2009.

²² Ricci, 2012.

²³ Lefebvre, 2001; 2004.

²⁴ Antunes, 2006.

²⁵ Jeudy, op. cit.

²⁶ Gutierrez, 1991: 126.

²⁷ Tal como aqueles realizados respectivamente na Luz, na Praça 15, no Bairro do Recife e no Pelourinho, conforme estudos de Beatriz Kara José (2007); Lia Motta (2000); Rogério Proença Leite (2007) e Márcia Santana (2004).

²⁸ Jeudy, op. cit.

²⁹ Idem.

³⁰ Rodrigues, 2009: 27.

³¹ Rubino, 1994.

³² Vieira Filho, 2011.

³³ Menezes, 1996.

³⁴ Gutierrez, op. cit.

³⁵ Lefebvre, 1991.

³⁶ Chauí, 2006.

³⁷ Benjamin, op. cit.

³⁸ Carlos, 2001.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. "A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil". In: _____. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp.15-26.
- ARANTES, O. "Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas". In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, pp.11-74.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2013.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- GUTIERREZ, R. "História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído". In: Departamento De Patrimônio Histórico (DPH). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH /Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 121-27.
- JEUDY, H. P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MENEZES, U. T. B. "O patrimônio cultural entre o público e o privado". In: Departamento De Patrimônio Histórico (DPH). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH /Secretaria Municipal da Cultura, 1992, pp. 189-94.

- _____. "Os 'usos culturais' da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais". In: YAGIZI, E. et al. (orgs.). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 88-99.
- REBÉRIOUX, M. "Os lugares da memória operária". In: Departamento De Patrimônio Histórico (DPH). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH /Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 47-56.
- RICCI, M. Temas, criticidades e fatores de sucesso das políticas de intervenção em centros históricos na Itália. In: BAPTISTA, Dulce M. T.; GAGLIARDI, Cláudia M. R. (orgs.). *Intervenções urbanas em centros históricos. Brasil e Itália em discussão*. São Paulo: Educ, 2012, pp. 305-19.
- RODRIGUES, J. E. R. "Importância e responsabilidade dos conselhos municipais do patrimônio cultural". In: MIRANDA, M. P. S. et al. (orgs.). *Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, pp. 25-39.
- RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, fev. 1996, pp. 97-105.
- SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Edições FFLCH, 2007. Disponível em: <www.gesp. flch.usp.br>. Acesso em: fev. 2014
- _____. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. *Revista Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 22, n. 1. No prelo.
- VIEIRA FILHO, D. *Práticas e conceitos na preservação do patrimônio material brasileiro*. Relatório de uma gestão (2006-2010). Brasília: IPHAN, 2011.
- WEIL, S. Experiência de vida na fábrica. In: BOSI, E. (org.). *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 155-76.

TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NOS CENTROS URBANOS

Glória Alves

É recorrente na atualidade termos conhecimento, nas mais diversas escalas geográficas, de ações que transformam as áreas centrais no sentido de melhor qualificá-las para cumprir os novos papéis de comando e reprodução do sistema produtivo capitalista.

As ações de transformação aparecem com as mais diferentes denominações que, ao mesmo tempo que justificam sua necessidade, contribuem também para a ocultação dos conflitos que se estabelecem em torno da apropriação do espaço. Assim, expressões como revitalização, requalificação, revalorização, refuncionalização são utilizadas para justificar ações de transformação em áreas tidas como seu contraponto necessário: degradadas, esvaziadas, desindustrializadas, abandonadas e perigosas.

Não se trata de mero jogo de palavras, mas de como a criação de consensos e aceitações em torno das mesmas abonam, na maior parte das vezes sem questionamentos, ações do poder público e/ou da iniciativa privada sobre determinado espaço que são postas como necessárias para requalificação de espaços, em especial nos centros tradicionais das cidades. A questão que não se coloca, e que achamos fundamental propor, é: quais as implicações desse processo? No sistema capitalista, o fundamento é a desigualdade, portanto falamos de um processo cujas ações tendem a beneficiar apenas alguns grupos, promovendo, em países capitalistas como o Brasil, um acirrado processo de segregação socioespacial que atinge as populações de menor poder aquisitivo.

Afirma-se, por exemplo, que os centros históricos, e aqui tomamos o centro da cidade de São Paulo para pontuar a questão, a partir da década de 80 do século xx torna-se um lugar perigoso, violento, o qual deve ser evitado. Também reforça-se que essas características, associadas ao trânsito congestionado de veículos, afugentariam os investimentos dessa área, os quais estariam sendo alocados em novas centralidades